

AGRICULTURA FAMILIAR E A PERMANÊNCIA NO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO REALIZADO E A PERCEPÇÃO DE JOVENS SOBRE O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA (SANTA CATARINA)

Rubens Staloch¹
Isa de Oliveira Rocha²

RESUMO

A agricultura familiar, no contexto brasileiro, começa a ser discutida a partir da década de 1990. Nas três últimas décadas deixou de ser percebida como sinônimo de atraso e decadência para ser compreendida como fator chave para o desenvolvimento regional e ao alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. O presente trabalho surge com o objetivo de estruturar uma relação entre desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e a percepção de jovens que vivem nas áreas rurais do município de Santa Terezinha, localizado na região do Alto Vale do Itajaí (Santa Catarina), considerando o cenário constituído de não permanência no campo. A metodologia para a elaboração deste texto tomou por base a pesquisa exploratória, bibliográfica e a partir da pesquisa-participante e documental realizada durante a execução do projeto “Permanência do Jovem no Campo: gestão, inovação e desenvolvimento rural sustentável”. Como resultado se verificou que a permanência do/da jovem no campo, a partir da agricultura familiar, precisa de estímulos, sensibilização, discussão e planejamento, aliados a uma rede de cooperação. Nesse sentido, cabe destaque ao projeto “permanência do jovem no campo”, que se mostrou relevante no que diz respeito à sensibilização.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, jovem no campo, Santa Terezinha (SC).

FAMILY FARMING AND THE PERMANENCE IN THE COUNTRYSIDE: THE EXPERIENCE OF A PROJECT CARRIED OUT AND THE PERCEPTION OF THE YOUNG PEOPLE ABOUT THE MUNICIPALITY OF SANTA TEREZINHA (SANTA CATARINA)

ABSTRACT

Family farming, in the Brazilian context, begins to be discussed from the 1990s. In the last three decades, it has ceased to be perceived as synonymous with backwardness

¹ Graduado em Ciências Econômicas (UNIDAVI). Mestrado em Desenvolvimento Regional (FURB). Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC/FAED). Economista CORECON/SC. E-mail: rubens.staloch@udesc.br

² Graduada em Geografia (UFSC). Mestrado em Geografia (UFSC). Doutorado em Geografia Humana (USP). Pós-Doutorado na Bridgewater State University (Massachusetts/EUA). Professora Associada no Programa de mestrado e doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC). E-mail: isa.rocha@udesc.br

and decay, to be understood as a key factor for regional development and the achievement of the United Nations Sustainable Development Goals. The present work aims to structure a relationship between sustainable development, family farming and the perception of young people living in the rural areas of the municipality of Santa Terezinha, located in the Alto Vale do Itajaí (Santa Catarina) region, considering the scenario constituted non-permanence in the countryside. The methodology for the elaboration of this text was based on the exploratory, bibliographical research and from the research-participant and documentary carried out during the execution of the project "Permanence of Youngster in the countryside: management, innovation and sustainable rural development". As a result it has been verified that the permanence of the young person in the countryside, from the familiar agriculture, needs encourage, sensitization, discussion and planning allied to a network of cooperation. In this sense, it is important to emphasize the project "permanence of the youngster in the countryside", which has proved relevant with regard to awareness.

Keywords: family farming, sustainable development, youngster in the countryside, Santa Terezinha (SC).

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

O presente trabalho tem como objetivo estruturar uma relação entre desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e a percepção de jovens que vivem nas áreas rurais do município de Santa Terezinha, localizado na região do Alto Vale do Itajaí (Santa Catarina). O problema de pesquisa residiu em responder qual a percepção dos/das jovens rurais do município de Santa Terezinha acerca de sua permanência [ou não] no campo. Neste sentido, o trabalho se justifica teoricamente em poder contribuir com a perspectiva dos estudos referente à permanência do/da jovem no campo e, praticamente, podendo auxiliar na elaboração de políticas públicas tomando por base a visão dos/das jovens rurais.

O processo de desenvolvimento das sociedades se constitui a partir das relações espaço-temporalmente formatadas e sob influência de diversos fatores. Por este motivo, Elias (1994), relatou que uma sociedade é o resultado de indivíduos atuando em conjunto. Se pode pensar que esta atuação conjunta ocorre sob dois aspectos: 1) interação dos geossistemas, como descreveu Sothava (1978) e 2) o processo de formação sócio-espacial como elencou Santos (1977; 1978). Posto isto, para analisar o processo de desenvolvimento territorial³ – em diferentes escalas – somente é possível quando do conhecimento da realidade existente – natureza e sociedade – o que também apresenta significância no/para o desenvolvimento regional.

Sob o ponto de vista da Formação Sócio-Espacial, a base é o espaço, o qual o homem transforma a partir do trabalho, da intervenção, pois "modo de produção, formação social, espaço [...] são interdependentes" (SANTOS, 1977, p. 86), e assim, não se pode pensar no espaço sem considerar as relações sociais, econômicas, políticas etc. que nele ocorrem (SANTOS, 1978) e que poderão ocorrer. Considerando a divisão temporal de Santos (1994), se pode inferir que é no período técnico-científico, caracterizado pós revoluções industriais, que o uso das técnicas de forma mais acentuada permite mudanças ou rearranjos nos territórios.

Neste processo de desenvolvimento das sociedades se pode elencar a perspectiva da agricultura familiar, em contraposição aos latifúndios e a agricultura não familiar (TALASKA, 2018), também presentes no contexto brasileiro e

³ O desenvolvimento neste texto é entendido como uma mudança no espaço e no tempo.

catarinense. A agricultura familiar é aquela que gera sustento para as famílias a partir dos seus próprios esforços (coletivos), o que por sua vez, também contribuem ao processo de desenvolvimento local/regional/nacional em diversas dimensões, assim como verificado nos estudos de diversos autores⁴. Porém, por muito tempo, quando dos avanços das técnicas e cada vez mais do urbano, a agricultura familiar foi desmerecida e até mesmo, verificada uma inexistência de intervenção estatal por meio de políticas públicas (REDIN, 2014).

Para iniciar esta discussão, amparada em revisão bibliográfica e exploratória, realizou-se breve explanação acerca do desenvolvimento sustentável considerado sob diferentes dimensões, bem como, a definição da agricultura familiar, que por sua vez, se apresenta sob diferentes entendimentos considerando as regionalidades existentes na escala brasileira. A coleta dos dados ocorreu a partir de pesquisa-participante e documental que envolveu a perspectiva dos/das jovens⁵ rurais de Santa Terezinha (Santa Catarina) sobre as condições para sua permanência no campo observados durante a execução do projeto piloto (projeto de extensão), “Permanência do Jovem no Campo: gestão, inovação e desenvolvimento rural sustentável”, realizado pela parceria entre a Faculdade Senac em Rio do Sul (SC), a partir do atendimento corporativo e a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, por meio da Secretaria de Educação⁶. Por fim, foram analisados os dados coletados e se expôs algumas considerações finais correlacionando o referencial teórico e dados observados.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGRICULTURA FAMILIAR

Considerando a forma como se constituíram as relações (de ordem natural e social) ao longo dos séculos, marcadas pelo poder⁷, o planeta tem se mostrado – sob diferentes dimensões – insustentável, termo que poderá melhor ser compreendido após o entendimento acerca da sustentabilidade, alicerçada em diferentes dimensões, como se pode verificar a partir do referencial teórico relacionado neste texto. As discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável se iniciam com maior vigor após os anos de 1970 (VEIGA; ZATZ, 2008). O conceito de desenvolvimento sustentável é enfatizado a partir da década de 1980, no entanto, a expressão inicial foi disseminada em 1972 na Conferência das Nações Unidas, ocorrida em Estocolmo. Duas questões permearam a Conferência, a proteção ambiental e a reversão do crescimento demográfico. A partir destas se destacou três aspectos importantes: 1) a necessidade de compromisso simultâneo de preservação da natureza e do uso racional de recursos; 2) a diversidade de posições em analisar as relações entre desenvolvimento e meio ambiente; e 3) a responsabilidade atribuída à dinâmica demográfica como fator responsável das desigualdades de distribuição do crescimento econômico e pressão sobre os recursos naturais (COSTA, 2008).

Porém, a generalização do discurso acerca do desenvolvimento sustentável ocorre em 1987 a partir do Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMDA), conhecido como *Relatório Brundtland*, que define

⁴A saber: Cicconeto; Verdum (2012), Sangalli; Schindwein (2013), Radwanski; Cioce Sampaio; Carmo Martis Sobrans (2014), Redin (2014, 2015), Sabourin; Petersen; Silveira (2018), dentre outros.

⁵ Considerando a faixa etária adotada pelo IBGE, jovens são aqueles que compreendem idade entre 15 a 29 anos.

⁶ O projeto foi solicitado pela Prefeitura Municipal tendo em vista a percepção de que os/as jovens rurais não possuem perspectivas futuras de permanência.

⁷ O presente texto não aborda a discussão sobre o conceito de território, porém, cabe ressaltar que há um certo consenso entre alguns autores tais como, Claude Raffestin; Milton Santos; Rogério Haesbaert, que o território é o espaço do poder / marcado por e para relações de poder.

oficialmente o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. O conceito só foi firmado na Conferência “Rio 92”, onde os representantes dos 170 países presentes consolidaram o conceito como diretriz para a mudança de rumos no desenvolvimento global, a chamada Agenda 21 (BARBOSA, 2008).

Sachs (1993) nos deixa uma reflexão muito interessante quando descreve o desenvolvimento sustentável a partir de diferentes dimensões, para além da ecologia⁸ – muito disseminada e entendida como sustentabilidade. Para o autor, as dimensões de análise da sustentabilidade podem ser elencadas em: 1) social (equidade na distribuição de bens e renda); 2) econômica (alocação e gerenciamento eficiente de recursos); 3) ecológica (conjunto de medidas); 4) espacial (melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas); e 5) cultural (mudanças culturais com caráter endógeno). Sendo assim, o desenvolvimento sustentável, de fato, somente pode (rá) ocorrer quando as diferentes dimensões forem atendidas [e entendidas]. Sachs (2000) ressalta também a necessidade de ações de caráter global, destacando a responsabilidade do sistema das nações unidas.

Para Bursztyn e Bursztyn (2012) existem quatro utopias que descrevem o processo de desenvolvimento sob a perspectiva histórica, analisando as dimensões do trabalho (L), recursos naturais (N) e capital (K), sendo eles: 1) industrialismo: desenvolvimento como crescimento econômico, em que nos primórdios o capital prevaleceu sobre as demais dimensões da base produtiva; 2) social-democrata: desenvolvimento social (*Welfare*), em que o Estado deveria atuar na redução dos riscos e incertezas, tanto sociais, quanto econômicas, conciliando as dimensões do capital (K) e do trabalho (L); 3) neoliberal: as estruturas estatais passam por um enxugamento e a dimensão ambiental das políticas públicas se enraíza no tecido institucional do Estado, coincidindo com a ascensão das preocupações ambientais – proteção do meio ambiente – “O Estado relega a um segundo plano a dimensão L, mas valoriza N e, por se retrair como agente produtivo direto e como regulamentador, também propulsiona K” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 39); 4) desenvolvimento sustentável: utopia pós-industrial, em que o grande atrativo está na qualidade de vida e ambiente saudável, sendo assim, necessário o equilíbrio entre as três esferas do processo produtivo (K, L e N).

Para Foladori e Tommasino (2010) o conceito de sustentabilidade é uma “continuação através do tempo”, possuindo diversas definições e tem se desenvolvido através do tempo, podendo ser, o conceito, agrupado em três grandes tipologias: a) Sustentabilidade ecológica, ligada a depreciação dos recursos, o aumento da contaminação e a perda de valor de valor “ecológicos” como a biodiversidade, as paisagens e o meio ambiente de vida em geral; b) Sustentabilidade Social, que está ligada ao tema da pobreza, de como se origina a pobreza, porém, unicamente a pobreza não é fator para os problemas ambientais; e c) a Co-evolução Sociedade-natureza, que trabalha que o meio ambiente não é apenas o entorno não biológico e outras espécies vivas, também os congêneres são parte do meio ambiente, portanto, todos os problemas sociais podem gerar insustentabilidade por si mesmos (FOLADORI; TOMMASINO, 2010).

Considerando este processo constante de discussões sobre a temática, a partir de uma perspectiva multidimensional, mais recente, é preciso observar os

⁸ Ecologia é definida como um campo do conhecimento que se preocupa em compreender as interconexões entre os organismos orgânicos e inorgânicos e o meio ambiente, dentro de um sistema total (ECKSCHMIDT; BESKOW, 2014).

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estipulados pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁹. No documento “transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” são estipulados 17 objetivos a serem alcançados pelas nações até 2030, sobretudo, objetivos vinculados às dimensões sociais, ambientais e econômicas¹⁰. Estes ODS tratam de um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Especificamente correlacionados com a questão da agricultura familiar, se pode elencar o objetivo de número dois – fome zero e agricultura sustentável – quando em suas metas estão previstos:

2.3 - Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – ONU, 2015-2030).

O desenvolvimento sustentável não é apenas um conceito, mas sim, um processo que busca uma constante melhoria qualitativa das sociedades. Fica evidente que a economia não poderá crescer indefinidamente já que a base física (natureza) é um fator restritivo em que não se pode explorar os recursos naturais acima de sua capacidade de regeneração nem emitir resíduos acima de sua capacidade de assimilação (resiliência) (DALY, 1991). Assim, o conceito de sustentabilidade pode ser compreendido, não como um conceito, mas sim, por meio da ação, da “continuação através do tempo” (FOLADORI; TOMMASINO, 2010) e também não pode recair em modismo, como enfatizam Veiga e Zatz (2008). De acordo com o Relatório Luz da Agenda 2030 (2018)¹¹, diversas metas dos ODS não serão atingidas pelo Brasil, o que nos deixa em situação de alerta.

Como já demonstrado, o conceito de desenvolvimento sustentável se popularizou após os anos de 1970, quando fica evidente que a economia não poderá crescer indefinidamente já que a base da natureza é um fator restritivo. A escala da atividade econômica terá de ser repensada no intuito de não se explorar os recursos naturais acima de sua capacidade de regeneração, nem emitir resíduos acima de sua capacidade de assimilação, e isto implica pensar, inclusive, em inovação. “O conceito de desenvolvimento sustentável surge justamente como elo entre a economia (num sentido amplo, envolvendo também a dimensão social) e a ecologia, promovendo a reaproximação entre estes dois campos do saber” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 47).¹²

⁹ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

¹⁰ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030: 1) Erradicação da pobreza; 2) Fome zero e agricultura sustentável; 3) Saúde e bem-estar; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água potável e saneamento; 7) Energia limpa e acessível; 8) Trabalho decente e crescimento econômico; 9) Indústria, inovação e infraestrutura; 10) Redução das desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Consumo e produção responsáveis; 13) Ação contra a mudança global do clima; 14) Vida na água; 15) Vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes; 17) Parcerias e meios de implementação. (ONU, Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> > Acesso em jun. de 2018).

¹¹ Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14577.pdf>

¹² Neste sentido, em 2010 é aprovada a Lei denominada de Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei 12.305/2010 – que institui, dentre outros instrumentos, a logística reversa como importante processo de redução de resíduos (re) emitidos, o qual pode ser caracterizado no escopo da economia ecológica (THOMAS; CALLAN, 2012).

A partir deste panorama, se destaca para que o desenvolvimento sustentável deixe de ser apenas uma utopia reside na sensibilização e na observação das diferentes dimensões, sobretudo, com destaque nas pessoas, no agir coletivo e no individual (MUNK, 2013). Sendo assim, é relevante pensar no processo de sustentabilidade na agricultura familiar, enfatizando o contexto da/pera a permanência dos/das jovens no campo, um desafio que se mostra imenso para as políticas públicas de desenvolvimento, considerando ainda, que cada região tem seu estilo próprio de desenvolvimento (RADWANSKI; CIOCE SAMPAIO; CARMO MARTINS SOBRAL, 2018).

O conceito de agricultura familiar começa a ser discutido no cenário político brasileiro a partir dos anos de 1990, muito motivado pelas pesquisas acadêmicas, até então centradas em “trabalhadores rurais”, “pequenos produtores”¹³, ou mesmo, entendida como “agricultura de subsistência”, como relatou Abramovay (2006). Neves (1993), valorizou a construção da categoria socioprofissional do agricultor familiar e dirigiu seus estudos à reflexão crítica sobre o uso dos termos agricultura familiar e agricultores familiares enquanto conceitos. Para a autora, os agricultores familiares são atores de constituição de arranjos institucionais, ou seja, são sujeitos dotados de realidade. Para Lamarche (1993, p. 15):

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Picolotto (2014, p. 65) descreveu que o reconhecimento da agricultura familiar no país se deu a partir de três formas principais:

A primeira diz respeito ao aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes (com a formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) como organização específica de agricultores familiares e, de outro lado, com a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que a partir de meados dos anos 1990, passou a fazer uso da categoria agricultor familiar). A segunda se refere ao reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no Estado, criação de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar. E a terceira advém do trabalho de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: *atrasada, ineficiente e inadequada*. Por meio de uma luta simbólica movida pelo sindicalismo, por setores acadêmicos e do Estado, a agricultura familiar passou a ser associada com adjetivos considerados positivos, tais como: *moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos*. Tais reversões de valores estão intimamente vinculadas ao processo de construção da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura do tempo presente e do agricultor familiar como personagem político.

¹³ A discussão difere-se do modelo convencional de agricultura, baseado na grande propriedade territorial, trabalho assalariado, nas monoculturas, uso extensivo de agrotóxicos e equipamentos (incluindo alta tecnologia).

Considerando o amparo legal, o Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017, o qual atualizou e regulamentou a Lei 11.326/2006, considera Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA):

Conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou local próximo a ele (BRASIL, 2017).

E assim, de acordo com o Art. 3º. do Decreto 9.064/2017, a UFPA e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos:¹⁴

- I – possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- II – utilize, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III – auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV – ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

Porém, como enfatizou Neves (1993), categorizar a agricultura familiar não é algo simples, sendo preciso inclusive, correlacionar com a questão agrária brasileira¹⁵. Para Wanderley (2003, p. 43), “existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Pronaf”. É preciso reconhecer que o agricultor familiar é um ator social, para além de um conjunto de dados técnicos, ele constrói e é parceiro de um projeto de sociedade (WANDERLEY, 2003). Neste sentido, o presente trabalho não teve como intento perfazer de forma mais aprofundada a discussão sobre o conceito de agricultura familiar, mas sim, demonstrar suas nuances.

Abramovay (2006), relatou que a agricultura familiar faz parte da rotina de atividades produtivas do Brasil e contribui de forma substancial para a atividade econômica e o desenvolvimento regional. Evidenciando estas informações, o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006) mostrou que 84,4% do total de estabelecimento rurais eram considerados “familiares” e os principais produtos produzidos eram, respectivamente: mandioca, feijão, milho, café, arroz, trigo e soja. No contexto da América Latina, a agricultura familiar representa uma significativa parcela produtiva do meio rural, sendo que aproximadamente 81% dos estabelecimentos agrícolas estão enquadrados como agricultura familiar e esta chega a somar entre 27% e 67% da produção alimentar (SCHNEIDER, 2016). Em Santa Catarina, há uma mescla de latifúndios¹⁶ (sobretudo na região Serrana – Campos de Lages) com agricultura familiar (região Oeste e Vale do Itajaí) e não familiar (TALASKA, 2018).

Desde o início das discussões nos anos 1990, aos poucos o conceito de agricultura familiar toma forma, permitindo “o surgimento e fortalecimento de uma nova identidade social capaz de unificar as diversas demandas desse segmento social” (MAGRI, 2018, p. 87). E mais recente, houve avanços significativos e

¹⁴ Além das características legais, a identificação da agricultura familiar ocorre por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que permite o reconhecimento do agricultor familiar enquanto ator econômico que envolve atividade produtiva no campo.

¹⁵ Ver Neves (2017).

¹⁶ Sobre a estrutura fundiária brasileira e a discussão sobre latifúndios, ver Talaska (2016).

importantes quanto ao seu conhecimento e a grande relevância para o desenvolvimento rural e na superação da pobreza (SCHNEIDER, 2016).

Vale destacar que durante a 66ª Sessão da Assembleia Geral da ONU foi declarado que dois mil e quatorze seria o Ano Internacional da Agricultura Familiar (ONU, 2014), o que demonstra tamanha representatividade e relevância no contexto de desenvolvimento local/regional. Estas discussões ao longo dos anos foram determinantes para que políticas governamentais¹⁷ pudessem ser elaboradas e direcionadas tais como: 1) Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), 2) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e 3) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), importantes programas tendo em vista que:

Quando tratamos do tema da agricultura familiar logo nos vêm em mente temas sobre políticas públicas a partir das mais distintas vertentes, sobre êxodo rural, custo de produção, preços dos produtos, além, de outros temas que acabam tomando maiores proporções dentro desse segmento (MAGRI, 2018, p. 88).

De acordo com Schneider (2016, p. 12), os agricultores familiares “terão um papel central a cumprir no alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, lançados em 2015 pela Organização das Nações Unidas”, sobretudo, no que compete ao desenvolvimento rural e a segurança alimentar. Desta forma, “já não se deve tratar mais os pequenos produtores (proprietários) como sinônimo de pobreza ou de atraso, ou fadados ao desaparecimento inexorável” (SCHNEIDER, 2016, p. 14). Ademais, considerando o processo produtivo brasileiro e composição do Produto Interno Bruto (PIB), os agroalimentares tem papel central, ainda mais quando considerado sob o ponto de vista das exportações (*commodities*¹⁸). Uma importante contribuição da agricultura familiar está no “fortalecimento das relações entre produtores e consumidores locais de alimentos que pode fortalecer não apenas o acesso aos alimentos, mas ativar uma série de outros elementos” (SCHNEIDER, 2016, p. 35).

Para que o/a jovem rural¹⁹ permaneça no campo se faz necessária a “formulação e aplicação de políticas para a permanência dos jovens rurais, contudo, independente desta, acredita-se que é necessário algo mais” (REDIN, 2014, p. 42). Paralelamente a esta discussão, se faz necessária a questão do lazer, principalmente para os jovens no campo, muito acometidos devido a falta de opções. Magri (2018), ao relatar uma mudança cultural ao longo dos tempos demonstra que hoje há menos opções do que já havia pois, muitos dos costumes tais como, espírito de comunidade para composição de times de futebol, grupos de jovens, festas de comunidades, dentre outros foram se perdendo no tempo. Sendo assim, resgatar esta essência é fator determinante para que os jovens possam olhar para o campo como uma oportunidade sadia e prazerosa para além da renda gerada.

Novamente, a integração é base para que o processo ocorra com grande destaque ao Estado, sendo ele o responsável em garantir, promover e proteger as políticas públicas à agricultura familiar. E mais, garantindo e sensibilizando para processos sustentáveis, como por exemplo, incentivando a multicultura, incluindo os orgânicos. E a juventude, mais propensa a estas mudanças tem papel central no

¹⁷ Bem como em políticas de planejamento territorial.

¹⁸ Produtos de baixo valor agregado tais como, os *in natura* laranja, café, dentre outros.

¹⁹ “Juventude rural é um tema contemporâneo na imersão das discussões que envolvem a agricultura familiar, a sucessão da terra, o desenvolvimento rural, a segurança alimentar, a reprodução social da família, as futuras interações e estratégias de desenvolvimento” (REDIN, 2012, p. 124).

processo. Para tanto, conforme apontou Redin (2014), é preciso “algo mais” para a permanência do/da jovem no campo e perpassa pela sensibilização a estas questões e a todas as possibilidades existentes tanto para geração de renda a partir de suas produções quanto no que diz respeito ao entorno de suas propriedades.

Embora exista um sentimento de pertencimento e identificação das famílias ao local onde vivem, a permanência do/da jovem no campo é um desafio diante do cenário da globalização, ainda mais, quando observado sob o aspecto das tecnologias da informação e comunicação (TIC)²⁰ e dos atrativos que chegam até os olhos dos jovens rurais, e do ideário construído sobre a sociedade urbana, incitando-os muitas vezes a deixarem o campo, bem como, sua família (REDIN, 2012). Aliado a estes atrativos está a falta de perspectiva para prosperar com a terra, falta de incentivos por parte de políticas públicas e o avanço da tecnologia e da própria agroindústria. E isto, pode afetar drasticamente o contexto local/familiar (PANNO; DESSIMON, 2014).

A partir de um estudo bibliométrico sobre sucessão na agricultura familiar²¹, Gris, Lago e Brandalise (2017), demonstraram que, no contexto geral, a renda aparece como fator principal para a não permanência no campo, além da fragilidade da infraestrutura, dificuldade de acesso à educação, ausência de políticas públicas, desigualdade de gênero e visão negativa dos pais quanto ao futuro dos filhos/filhas na propriedade. Mas, soluções podem ser encontradas, sobretudo, quando os/as jovens percebem que existem alternativas no campo e que é possível “construírem suas vidas sem abrir mão daquilo que a cidade lhes oferece” (PANNO; DESSIMON, 2014, p. 294).

Porém, de acordo com Redin (2012, p. 124),

Em certos momentos, as escolhas dos jovens rurais não estão ligadas a inexistência de intervenções rurais ou baixa renda, mas vinculadas a projetos de vida, ou sonhos, além do meio rural, ou que, talvez, o rural ainda não proporcione, como por exemplo, a educação superior presencial.

A agricultura familiar tem sua relevância, sobretudo no âmbito da construção de grupos sociais e para geração de alimentos para o planeta. É possível imaginar a inexistência da agricultura familiar? Impossível. O que se deve pensar é no seu fortalecimento, inclusive, agregando novos olhares, a exemplo, das novas tecnologias (como *drones*, por exemplo), as quais devem ser inseridas neste contexto e que ainda são pouco exploradas, sobretudo, pela ausência de incentivos, inclusive do poder público. Redin (2012) ainda destaca que a inexistência de ações por parte do estado pode acarretar exclusão social dos/das jovens rurais e assim, “é necessária, relevante e fundamental a formulação e a aplicação de políticas mais específicas para permanência dos jovens rurais” (REDIN, 2012, p.126), incluindo, como destacam Guimarães et al. (2015), os jovens como grupo social e que são os responsáveis pela preservação do patrimônio natural e social do rural.

É preciso fortalecer o espírito do cooperativismo pois, “a agricultura familiar se apresenta como um berço fértil para a vivência dos ideais do cooperativismo o qual tem permitido melhorar de forma significativa a qualidade de vida de muitas famílias no meio rural e também nos centros urbanos” (MAGRI, 2018, p. 102), o que nos faz correlacionar com as dimensões da sustentabilidade.

²⁰ Neste sentido, as TIC possuem papel de destaque quando influenciam as ações coletivas dos atores rurais (GUIMARÃES et al., 2015).

²¹ Análise realizada para artigos publicados em periódicos do sistema *Qualis* da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo para o período de 2004 a 2016.

Visando atingir o propósito de sensibilizar os/as jovens do município de Santa Terezinha (SC)²² quanto as possibilidades à permanência no campo, a Faculdade Senac em Rio do Sul (SC), por meio do atendimento corporativo, em parceria com a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, por meio da Secretaria de Educação, executou o projeto “Permanência do Jovem no Campo: gestão, inovação e desenvolvimento rural sustentável”²³ durante o segundo semestre de dois mil e dezoito, momento do qual também foi possível a coleta dos dados para embasar este texto. Neste interim, surge a problemática: o que pensam jovens rurais do município de Santa Terezinha na região do Alto Vale do Itajaí (Santa Catarina) neste contexto de/à permanência no campo?

3. METODOLOGIA DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Objetivando responder a problemática apresentada, o presente texto está pautado em uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória. Para a coleta dos dados foi utilizado o método documental, considerando cartilha elaborada pelos jovens durante execução do projeto “Permanência do Jovem no Campo: gestão, inovação e desenvolvimento rural sustentável”, onde foi possível elaborar matriz CDP a partir dos dados informados pelos/pelas jovens nas cartilhas. Tendo em vista a realização de acompanhamento durante as atividades realizadas nos encontros com os/as jovens, a pesquisa pode ser considerada como participante (THIOLLENT, 1999), onde foi possível observar e tomar nota de questões relativas a forma como vivem os/as jovens rurais.

Foram setenta jovens integrantes no projeto (faixa etária de 14 a 15 anos) os quais residem nas comunidades rurais de Rio da Anta e Craveiro – Santa Terezinha (SC). A identidade e os dados dos/das jovens foram mantidos em anonimato, preservando os critérios da ética na pesquisa. A partir do preenchimento das cartilhas e realização da atividade de mapeamento social, foram coletados os dados (pelos docentes envolvidos no projeto) os quais serviram de subsídios para as análises realizadas no item quatro deste texto. O período da realização da pesquisa/observação foi no segundo semestre do ano de dois mil e dezoito. Os dados foram tabulados, analisados e representados pelos autores deste texto a partir do uso do *Software Microsoft Excel*, os quais estão apresentados na próxima seção.

²² Vale ressaltar que a produção de fumo nas propriedades rurais familiares é predominante. Desta forma, o projeto executado visou também a sensibilização para a produção de demais culturas bem como, incentivo à culinária e ao artesanato local/regional.

²³ Objetivo do projeto - cuja autoria é de Andrei Stock e Silvana T. Pamplona - : promover o desenvolvimento dos alunos por meio de ações educativas que possibilitem conhecimentos, habilidades e atitudes, gerando capacidade de visão sistêmica e possibilidades de resposta aos desafios do mercado para a manutenção e desenvolvimento sustentável da agricultura em Santa Terezinha SC (PAMPLONA; STOCK, 2018). Sendo assim, para o desenvolvimento do projeto se utilizou de uma metodologia ativa, considerando a faixa etária de trabalho. Em todos os encontros [total de dezoito] os professores com formação em diferentes áreas e com afinidade ao tema, trabalharam com o espírito de equipe e cooperação. Se buscou apoio teórico conceitual no debate recente sobre desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural, agricultura familiar, cooperativismo e economia solidária, assim como nas mais modernas técnicas de gestão desenvolvidas no âmbito empresarial e passíveis de serem aplicadas na gestão das propriedades rurais. Além do mais, foi preparado um material gráfico (cartilha) para que os alunos pudessem desenvolver o projeto ao longo dos encontros e dividir as ideias com seus familiares. O presente material foi pensado e preparado para dar suporte ao processo de desenvolvimento de ação educativa, geração de conhecimento, reflexão, sensibilização sobre atitudes e valores para o público jovem inserido no sistema de agricultura.

4. DADOS E ANÁLISE DOS DADOS: ALGUMAS REFLEXÕES PARA O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA (SC) A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO “PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO”

O processo de formação sócio-espacial do estado de Santa Catarina ocorreu de forma diferenciada dos demais estados brasileiros, pois, se pode destacar diante da formação do Brasil colonial (expansão da Coroa Portuguesa) a região não possuía muito interesse devido a ausência de um produto de exportação (a exemplo do açúcar, da borracha e/ou café) que atendesse aos interesses da metrópole. Santa Catarina, sob o ponto de vista de ocupação de forma mais intensa, tem seu início século XVII, quando os vicentistas fundaram os primeiros núcleos no litoral catarinense. No século XVIII, os paulistas expandiram-se pelo planalto e os açorianos e madeirenses estabeleceram-se no litoral. Já, no século XIX, a imigração europeia espalhou-se pelos vales atlânticos. No século XX, predominou a expansão das populações das antigas colônias de origem europeia (ROCHA, 2004). Vale ressaltar que a base da expansão e da formação [econômica, social e espacial] se deu em função da pequena produção mercantil rural e urbana, e hoje possui distintos “polos” produtivos em diferentes regiões (MAMIGONIAN, 1986)²⁴.

Na mesorregião do Vale do Itajaí, onde está localizada a região do Alto Vale do Itajaí, fixaram-se sobretudo, os alemães e italianos, e o processo de ocupação do território por estes, se deu no século XIX e a partir de dois fatores: geográfico e econômico (DAGNONI; WARTHA, 2016)²⁵. É importante destacar que o território rural do Alto Vale do Itajaí “teve desde o início de sua colonização [...] diversas iniciativas de empreendimentos cooperativos” (STOCK, 2016). Considerando a produção rural, constata-se a diversidade produzida tais como milho, cebola, batata, trigo, feijão, hortaliças, leite, suínos, arroz, fumo, dentre outras.

Neste contexto, Santa Terezinha, emancipada em 1991, parte do desmembramento de origem Paraná – Mafra – Itaiópolis, possui a segunda maior extensão territorial da região do Alto Vale do Itajaí (Santa Catarina) representando aproximadamente 9% do total do território (SILVA, 2016). Teve como colonização de origem, sobretudo, polonesa e ucraniana, o que a torna singular em termos de cultura. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o município apresenta-se com um índice considerado médio (PNUD, 2013).

De acordo com o Censo IBGE (2010) havia no município 8.767 habitantes (estimativa para 2017 de 8.846), sendo que maior parte da população vivia na área rural e a faixa etária predominante estava compreendida de 5 a 29 anos, com destaque ainda para a faixa etária de 10 a 19 anos, que por sua vez, está compreendida no âmbito do projeto “permanência do jovem no campo” executado pela Faculdade Senac em Rio do Sul (SC). O município possui como principal componente de geração de renda a agricultura, sendo que o mesmo está inserido na região econômico-ambiental caracterizada pela produção do fumo (FRANK, 2018)²⁶, que por sua vez, se torna uma condição mais específica de decisão de permanência ou não do/da jovem no campo, correlacionando este contexto com os estudos de Marin et al.

²⁴ Rocha (2004).

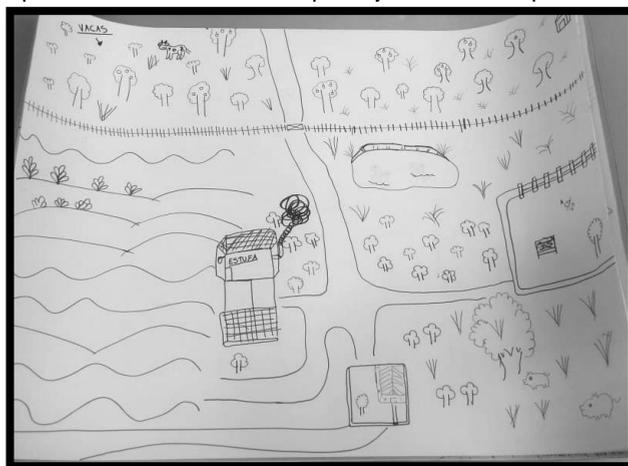
²⁵ Iniciou com o processo de desligamento de Rio do Sul da colônia de Blumenau ainda no século XIX. No contexto do período, Rio do Sul e arredores perfaziam uma importante rota de passagem entre Blumenau e os campos de Lages.

²⁶ De acordo com dados da EPAGRI (2015), ao longo dos últimos anos, devido a utilização desenfreada de fatores de produção contaminantes, tanto na produção de fumo quanto cebola, revela um alto índice de contaminação por agrotóxicos, o que por sua vez, causa além de problemas ambientais, sociais. Neste mesmo sentido, Barancelli, Perondi e Trindade (2018) revelaram as condições de vida, no que tange às doenças ocupacionais na fumicultura.

(2012) e Marin, Redin e Costa (2014) acerca da grande quantidade de trabalho pesado (e exposição a uma série de riscos, inclusive para saúde) neste tipo de cultura, sobremaneira, quando inserido no âmbito da agricultura familiar.

O projeto “permanência do jovem no campo” foi estruturado em dezoito encontros, os quais perduraram durante aproximadamente quatro meses, a contar de julho de dois mil e dezoito. Diversos foram os conteúdos abordados em oficinas, discussões e atividades, tais como: formação sócio-espacial catarinense e do município de Santa Terezinha (SC); desenvolvimento rural sustentável; gestão da propriedade rural; políticas públicas e governança para a agricultura e inovação no campo. Os trabalhos se iniciaram com a representação da “propriedade que se tem”. Nesta etapa, os jovens foram instigados a pensarem nas propriedades que possuem, sendo descritas a partir do mapeamento social. Os resultados demonstram e evidenciam a prática de monocultura do fumo²⁷, conforme exemplo que segue: (Figura 1)

Figura 1 – Mapeamento Social realizado pelos jovens da “Propriedade que se tem”.



Fonte: Dados do projeto.

Na maioria dos mapeamentos foram representadas a casa da família e ao lado o galpão e estufa de secagem do fumo, além dos canteiros, demonstrando tamanha centralidade que representa atualmente na vida das famílias e à agricultura familiar no município. Atenta-se ainda para o fato de que as demais produções identificadas, seja de alimentos ou de animais (gado, porcos e galinhas), é para consumo próprio e não para comercialização. Ainda, de acordo com dados coletados junto a Prefeitura Municipal, o município possui certo reconhecimento no que diz respeito à produção de mel, porém, nas representações dos/das jovens este fator não foi representado. Fica aberta esta indagação para futuros estudos.

No que diz respeito ao acesso à internet, se verificou por meio da observação, que a maioria dos/das jovens possuem telefone celular com acesso à internet (acesso móvel), que é utilizada sobremaneira para acesso às redes sociais virtuais e como forma de lazer. Quanto a disponibilidade de acesso à internet por meio de cabos ou via rádio, ainda há uma precariedade nestes serviços e sendo assim,

²⁷ Prática muito instável financeiramente e agressiva à saúde humana e ao próprio meio ambiente.

somente tem acesso aqueles que estão localizados em áreas mais privilegiadas, onde o sinal de internet (via rádio, sobretudo) possui disponibilidade. Considerando os dados coletados junto dos jovens a partir da realização de uma matriz CDP, se pôde verificar que há percepção quanto diversas potencialidades, bem como fragilidades, para diferentes condicionantes. (Quadro 1)

Quadro 1 – Matriz de Condicionantes, Potencialidades e Fragilidades.

Condicionante Analisada	Potencialidades Identificadas	Fragilidades Identificadas
Propriedade	Biodiversidade Produção Oportunidade de obter lucro Nascentes de água Terreno grande Terreno fértil Turismo Autossuficiente	Localização Produção não diversificada Desvalorização Agrotóxicos Difícil acesso ao terreno Pouca produção Lixo Queimadas Pragas / ervas daninhas
Cultura e Lazer	Diversidade Culinária Renda Bandas típicas Coral Festa de comunidade Cultura Ucraniana e Polonesa Festas religiosas Turismo	Abandono da cultura Falta de investimentos Baixa valorização Poluição Estradas Desmatamentos Falta de orientação Falta de estrutura Falta divulgação
Geração de Renda	Agricultura Esporte Comercialização Cultura Tabaco/Fumo Milho Venda de hortaliças Financiamentos	Falta de apoio Baixo interesse da população Pouca cooperação Impostos Falta de conhecimento Falta de compradores Degradação do solo Dependência do clima Pouco acesso ao mercado Muito investimento e pouco lucro
Meio Ambiente	Paisagens Hidrografia Nascentes de água Preservação – Reserva Legal Cachoeiras	Agrotóxicos Desmatamentos Baixa conscientização Queimadas Descarte incorreto de embalagens de agrotóxicos Poluição dos rios Erosão do solo Falta de colocar em prática o que se sabe sobre conservação e cuidados com o meio ambiente

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre todas as fragilidades apontadas, se notou que aquelas que mais contribuem (ou tem contribuído) para que os jovens rurais de Santa Terezinha queiram deixar o processo de agricultura familiar esteja centrada na desvalorização das propriedades, baixo valor agregado dos seus produtos (sobremaneira o fumo), pouco

acesso ao mercado, falta de estrutura e infraestrutura, falta de opções para o lazer, perda da cultura e também a falta de conhecimento. Sendo assim, é primordial que se pense em uma estrutura de governança que vise estimular a agricultura familiar e a permanência do/da jovem no campo. O ponto de partida é “o agricultor, sua família, sua propriedade, sua atividade produtiva e as redes sociais e institucionais em que estiver inserido, que podem ser materiais ou intangíveis, ligada à memória e às representações” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 16). Magri (2018, p. 89) relata que é fundamental que:

As comunidades, articuladas com seus municípios, busquem construir alternativas que a partir do contexto atual permitam estabelecer espaços, momentos de cultura e lazer para as pessoas que vivem no meio rural, pois o lazer, o lúdico, é fundamental para a realização humano, do ser enquanto ser.

No âmbito do projeto executado, por fim, os jovens foram instigados a pensarem nas “propriedades que podem ter”. O resultado foi a confecção de maquetes representativas das propriedades e todas as suas potencialidades no tocante à agricultura familiar, as quais foram socializadas para a comunidade durante evento em quatorze de novembro de dois mil e dezoito. Fato marcante foi a riqueza de detalhes empregados nos trabalhos²⁸, sobretudo, enfocando a multiculturalidade como fonte geradora de renda nas propriedades [para além do fumo atualmente produzido como forma de monocultura], a produção de orgânicos, a valorização da culinária, do artesanato e das paisagens do município como forma e alternativa de geração de renda (e até mesmo, lazer) – percebendo assim, diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável abordadas por Sachs (1993) e Foladori e Tommasino (2010).

²⁸ No total foram dez maquetes idealizadas e confeccionadas em grupos, incitando o espírito de equipe e cooperação. As temáticas abordadas versaram sobre multiculturalidade (em quatro delas), culinária e artesanato (uma delas), turismo rural ecológico (uma delas), criação de uma feira para comercialização dos produtos (uma delas), criação de uma cooperativa (uma delas) e produção de orgânicos (duas delas).

Fotos [1] [2] [3]: Apresentação final do projeto e da “Propriedade que se pode ter”.



[1]



[2]

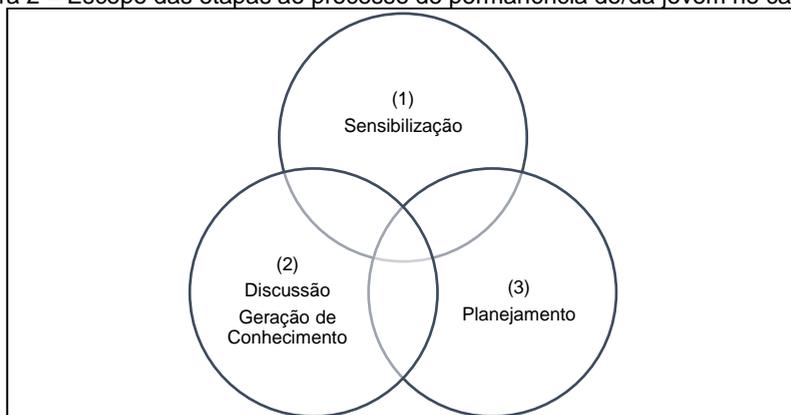


[3]

Fonte: Dados do projeto / Crédito das Fotos: do autor.

Considerando a experiência na execução do projeto, se pode constatar que o estímulo à permanência do/da jovem no campo perpassa por diferentes estágios/processos, iniciado com a sensibilização e relacionados com discussões e planejamento. (Figura 2)

Figura 2 – Escopo das etapas ao processo de permanência do/da jovem no campo.



Fonte: elaborada pelos autores.

Na fase (1) – sensibilização – é o momento em que se discute abertamente sobre a problemática e para realização de ações que visem demonstrar a todos os envolvidos no (s) processo (s), desde o poder público, as famílias, os/as jovens e a comunidade o que realmente significa agricultura familiar, bem como, sua importância para o desenvolvimento das sociedades, além de sensibilizar os envolvidos sobre qual o papel e responsabilidade de cada um. É o momento de refletir e demonstrar que todos fazem parte do processo.

Na fase (2) – discussão e geração de conhecimento – após já sensibilizados sobre o que realmente é agricultura familiar, é momento de discutir sobre as ações já existentes e quais ações podem ser desenvolvidas, mensurando potencialidades e dificuldades. Trabalhos com metodologia amparadas em condicionantes, potencialidades e deficiências (CDP) podem ser utilizadas, como no caso do presente projeto analisado, que foram utilizados o mapeamento social em conjunto com matriz CDP. Além do mais, nesta etapa é momento de expor alternativas para agricultura familiar, a exemplo da multicultura e da produção de orgânicos, por isso, da geração de conhecimento.

Já, na fase (3) – planejamento – é o momento para traçar o caminho e seus planos (curto, médio e longo prazo). É preciso estruturar as diretrizes, cronogramas, metas etc. (incorporando ao planejamento estratégico), definindo os mínimos detalhes e de fato, entendendo a quão prolífera pode ser a agricultura familiar (com todas as suas potencialidades). Frisa-se que a integração/cooperação e acompanhamento contínuo são fatores fundamentais para o sucesso dos projetos, acima de tudo, entendendo-os para o grupo familiar e comunidade.

O/A jovem tem papel central nas propriedades, por isso, a participação da juventude em projetos voltados à agricultura familiar é de extrema relevância, bem como, o apoio das cooperativas agropecuárias evidenciado por Drebes; Spanevello (2017) e das associações constituídas, a exemplo da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre (AJURATI) descrita por Redin (2012) e do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) descrito por Drebes (2014).

Este processo também deve ser considerado sob a perspectiva da educação no campo, que muitas vezes apresenta elementos de desvalorização da vida rural e reforçando “a ideia de que o espaço urbano oferece mais atrativos, tanto em trabalho quanto em qualidade dos serviços públicos disponíveis” (GUIMARÃES et al., 2015, p.

146). Nesse contexto, Santos e Richard (2017), relataram que o processo de ensino-aprendizagem deve dialogar com a realidade daqueles que vivem no campo. Assim, se destaca a importância do ambiente escolar neste processo, o que por sua vez, a partir da observação com os jovens participantes do projeto, não foi constatado que tais discussões ocorrem no ambiente escolar.

Por fim, considerando as características locais do município de Santa Terezinha (SC) quanto a produção do tabaco, em experiência relatada por Thies e Conterato (2017, p. 74-75), considerando cenário muito parecido com o vivido no município, a troca da produção do tabaco por demais produções poderá ser possível a partir da transição sociotécnica na agricultura familiar sobretudo, a partir de dois fatores: “o desejo de mudança e a agência dos atores locais, expresso na organização de uma cooperativa” e no “apoio do Estado, através de políticas públicas específicas de apoio aos agricultores familiares nesse processo de transição”. Sendo assim, pensar em agricultura familiar é também refletir sobre a constituição de redes de cooperação [poder público, famílias, escola, comunidade, etc.], o que por sua vez, incita-nos a pensar em governança territorial²⁹, ou seja, integração.

5. NOTAS FINAIS

A percepção sobre a agricultura familiar tem se modificado ao longo das três últimas décadas. Deixou de ser vista como sinônimo de atraso, decadência e em vias de acabar, como destacado por Schneider (2016), para ser reconhecida como promotora de desenvolvimento sustentável, inclusive, recebendo incentivos por meio de políticas públicas como no caso do PRONAF. Porém, para Redin (2012) é preciso mais intervenção estatal no processo de incentivo à permanência do/da jovem rural no campo, para além do incentivo produtivo pois, “as políticas públicas fornecem uma variedade de oportunidades, como o acesso ao crédito, à terra e à infraestrutura, mas, talvez, não seja suficiente para alcançar [...] a permanência no rural” (REDIN, 2012, p. 127).

O projeto “A permanência do jovem no campo” revelou uma experiência muito interessante, tendo em vista as características da agricultura familiar e as perspectivas em contribuir com o desenvolvimento sustentável, ainda mais, considerando as características locais do município de Santa Terezinha (SC), em que predomina a fumiicultura e durante o projeto por diversas vezes foram abordados nos seminários e oficinas as mais variadas formas de converter as propriedades em sistemas de produção sustentável, como exemplo, aumentando a diversidade vegetal e animal de modo a diminuir os riscos ou ainda, promover o uso eficiente dos recursos locais e a busca de novas relações de mercado e organização social (ALTIERI, 2002). Este processo contribui não apenas para fomentar novas formas de se produzir, mas também, para dar sentido às famílias como atores sociais sobretudo, quando os produtores são os responsáveis pelas decisões acerca do modo de produzir e trabalhar (SCHNEIDER, 2003).

Inicialmente, os/as jovens da área rural do município de Santa Terezinha não vislumbravam oportunidades para sua permanência no campo. Após execução do projeto, a partir de um processo de sensibilização, novas possibilidades para permanecerem no campo foram enxergadas e expressadas, tais como: a possibilidade de produção de orgânicos, tornar a propriedade em multicultura, utilizar os saberes locais/culturais para incentivar o artesanato e culinária, turismo rural, dentre outros. Desta forma, se verifica a significativa relevância do processo de

²⁹ Ver Dallabrida (2015).

sensibilização dos jovens acerca das potencialidades da agricultura familiar, discussão sobre diversos fatores que interferem e o pensar de forma planejada no futuro, assim como percebido nas ações desenvolvidas pela Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre (AJURATI), descrita por Redin (2012).

A associação já registrou casos em que jovens abandonaram as atividades agrícolas para trabalhar na cidade local, mas a insatisfação com o trabalho e com a remuneração, a não adaptação ao estilo de vida e a necessidade de voltar às atividades dos grupos, conduziu jovens a retornarem para o campo, reativando suas origens e regressando às atividades das juventudes rurais. A AJURATI e os grupos de jovens rurais alcançaram importantes graus de sociabilidade, reconhecimento, laços de confiança e respeito na comunidade ao longo do tempo (REDIN, 2012, p. 136).

O projeto executado pela Faculdade Senac em parceria com a prefeitura municipal de Santa Terezinha (SC) foi uma semente plantada. Porém, se faz necessária a germinação por meio de discussões e planejamento sistemático e acompanhado nas/para as propriedades, mostrando que os/as jovens possuem papel mais importante do que apenas produzir, são protagonistas da formação social. Mais importante do que falar sobre sustentabilidade (como discurso retórico), está o ato de praticar e implementar ações que de fato contribuam ao desenvolvimento sustentável (diferentes dimensões), sendo este, o maior valor para os cidadãos e para as sociedades. É preciso entender que a agricultura familiar tem papel não apenas do ponto de vista da produção de mercadorias, mas também como preservação de culturas [percebido pelos/pelas jovens de Santa Terezinha que há uma perda de cultura], de valores locais, o saber tradicional, de proporcionar segurança e trabalho.

Os agricultores familiares são atores sociais e os/as jovens rurais devem ser reconhecidos como grupo social e que são os responsáveis pela preservação do patrimônio natural e social do rural (GUIMARÃES et al., 2015). Pequenas atitudes, quando somadas, contribuem ao processo de desenvolvimento sustentável em diferentes dimensões e para a manutenção das sociedades, e que integradas, maximizam a sustentabilidade local, regional e global, como no caso percebido, a partir da agricultura familiar e da permanência do/da jovem no campo a fim de dar continuidade a ela.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e reforma agrária**. Estudo da Dimensão Territorial do PPA. Brasília: CGEE, 2006.

AGENDA 21. **United National Conference on Environmental and Development**. Rio de Janeiro, 1992.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, p 18. Disponível em: <http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba-RS: Agropecuária, 2002, 592 p.

BARANCELLI, M. D. C.; PERONDI, M. A.; TRINDADE, L. L. Doenças ocupacionais na fumicultura: os riscos percebidos pelos trabalhadores rurais do Paraná. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 5, n. 3, p. 085-110, ago. 2018. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/5801>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. **Lei nº. 11.306, de 24 de julho de 2006**. Agricultura Familiar.

BRASIL. **Lei nº. 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Política Nacional de Resíduos Sólidos.

BRASIL. **Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, 4.ed., v.1, n. 4, jan./jun. 2008.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CICCONETO, J.; VERDUM, R. Agricultura familiar ecológica em Canguçu (RS): trajetórias e perspectivas. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, p. 99-121, dez. 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2059>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Tradução de *Our common future*. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, H. S. M. Meio Ambiente e Desenvolvimento. Um convite à leitura, In HISA, Cássio Eduardo Viana (Org.) **Saberes ambientais**, Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2008.

DAGNONI, C.; WARTHA, R. **Rio do Sul em imagens: da colonização à emancipação político-administrativa – 1892-1931**. Palmas (PR): Kaygange, 2016.

DALLABRIDA, V.R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 1 (2), n. 215, p. 304-328, 2015.

DALY, H. E. **A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável**. Textos para debate n. 34, AS-PTA, Rio de Janeiro, 1991.

DREBES, L. M. Projeto de juventude rural, campo de possibilidades e migração: um estudo documental do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 5, p. 4087-4098, dez. 2014.

DREBES, L.M.; SPANEVELLO, R.M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **Holos**, Ano 33, Vol. 02, p. 360-374, 2017.

ECKSCHMIDT, A.; BESKOW, E. **Sustentabilidade para todos: faça sua parte**. Florianópolis: Insular, 2014.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

EPAGRI/Estação Experimental de Ituporanga. **Produção orgânica de Cebola**, Florianópolis, 2015.

FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. "Controversias sobre sustentabilidad", In Antônio Fernando Silveira Guerra e Mara Lucia Figueiredo (Orgs.) **As sustentabilidades em diálogos**. Editora da Univali, Joinville, 2010.

FRANK, B. Regionalização Ambiental. In: AUMOND, J.J.; SEVEGNANI, L.; FRANK, B. (Orgs.); PINHEIRO, A. et al. **Atlas da Bacia do Itajaí: formação, recursos naturais e ecossistemas**. Blumenau: Edifurb, 2018. p. 247-265.

GUIMARÃES, G. M.; REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C.; BRANDÃO, J. B. De sujeitos ocultos (off-line) a sujeitos visíveis (on-line): o protagonismo da juventude rural a partir de novas sociabilidades no rural contemporâneo. In: GUIMARÃES, G, M.; BALEM, T. A.; SILVEIRA, P.R.C.; ZIMMERMANN, S.A.. (Org.). **O Rural Contemporâneo em Debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. 1.ed. Ijuí: Unijuí, 2015, v. 1, p. 139-156.

GRIS, V. G. C.; LAGO, S. M. S.; BRANDALISE, L. T. Sucessão na agricultura familiar: produção científica brasileira na área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e Turismo (2004-2016). **Extensão Rural**, Santa Maria, v.24, n.4, out./dez., p. 7-30, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

LAMARCHE, H. (coord.). Introdução geral. In: **A agricultura familiar: comparação internacional**. v. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 13-22.

SILVA, F.J. Da. Evolução da Divisão Político-Administrativa. In: SANTA CATARINA. **Atlas Geográfico de Santa Catarina: Estado e Território - Fascículo 1**. [recurso eletrônico] / Santa Catarina. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia. Isa de Oliveira Rocha (Org.) – 2.ed. – Florianópolis: UDESC, 2016.

MAGRI, C.A. Agricultura Familiar: algumas reflexões. In: MAGRI, C.A.; POMMERENING, E.J. **O cooperativismo financeiro e a agricultura familiar**. Joaçaba: Editora UNOESC, 2018.

MAMIGONIAN, A. Indústria. In: SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

MARIN, J. O. B. et al. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v, 50, n. 4, p. 763-786, dez. 2012.

MARIN, J. O. B.; REDIN, E.; COSTA, F. F. Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco. **Revista latinoamericana de estudios del trabajo**, v. 19, p. 159-193, 2014.

MARTINE, G. **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Verdades e Contradições**. Editora da Unicamp, Campinas. [Introdução à demografia na questão ecológica: falácias e dilemas reais (pp. 9-19) e Cap 1: População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional (pp. 21-41)], 1993.

MONTEIRO. C. A. F. **Geossistemas: a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2000.

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MUNK, L. **Gestão da sustentabilidade nas Organizações**. São Paulo: Trilhas, 2013.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: artimanhas da classificação. **A Margem Revista de Ciências Humanas**, v. 3, p. 22-34, 1993.

NEVES, D.P. Questão Agrária: projeções societais em confronto. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.31, p. 79-106, jan./jun. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - **Alimentação e Agricultura**. (2014). Ano internacional da agricultura familiar 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/pt/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2015-2013**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 15 jun. 2018.

PAMPLONA, S.T.; STOCK, A. (Projeto) **Permanência do Jovem no Campo**: gestão, inovação e desenvolvimento rural sustentável. Rio do Sul: Faculdade Senac (documento apresentado à Prefeitura municipal de Santa Terezinha/SC), 2018.

PANNO, F.; DESSIMON, J. Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural Partir ou Ficar no Campo. **Desenvolvimento em Questão**. 12 (27): 264-297, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75232113010>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 dez. 2018.

PNUD – Programa das Nações Unidas. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, 2013.

RADWANSKI, E. M.; CIOCE SAMPAIO, C. A.; CARMO MARTINS SOBRAL, M. do. Agregação de valor à agricultura familiar: uma alternativa para o desenvolvimento territorial sustentável. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 3, p. 74-96, dez. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2378>. Acesso em: 12 dez. 2018.

REDIN, E. Jovem rural em questão. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 25, n.1, p. 123-139, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/sociaisehumanas/article/view/2894/3786>. Acesso em: 19 dez. 2018.

REDIN, E. O futuro incerto do jovem rural. **Informativo Técnico do Seminário**, Pombal, v. 8, n. 1, p. 37-43, jan./dez. 2014. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/2969/2665>. Acesso em 19 dez. 2018.

REDIN, E. **Família rural e produção de tabaco**: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS. 305 f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3822/REDIN%2c%20EZEQUIEL.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

REDIN, E.; SANTOS, V. F.; SILVEIRA, P. R. C. Juventude rural em ação. *In*: GUIMARÃES, G. M.; BALEM, T. A.; SILVEIRA, P.R.C.; ZIMMERMANN, S. A. (Org.). **O rural contemporâneo em debate**: temas emergentes e novas institucionalidades. 1ed. Ijuí: Unijuí, 2015, v. 1, p. 171-186.

SABOURIN, E.; PETERSEN, P. F.; SILVEIRA, L. M. da. Redes de cooperação da agricultura familiar e do desenvolvimento rural local no Agreste paraibano (Brasil). **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 14-36, maio 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11964>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RELATÓRIO LUZ. **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030**. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14577.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

ROCHA, I. O. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M. A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural de Mato Grosso do Sul - Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 3, p. 82-99, dez. 2013. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2592>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI, desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia.** n. 54. São Paulo, AGB/FFLCH-USP, 1977.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo** – globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, R.; RICHARD, D. O Movimento dos Pequenos Agricultores na interface entre agricultura familiar e educação do campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo,** 2(1), p. 86-105, 2017.

SCHNEIDER, S. Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais. In: **Anais do I Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia.** Fortaleza-CE, 16 a 19 de novembro 2003.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I.G.P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista de Ciências Sociais,** v. 23, n. 01 e 02, p. 99-117, jan./dez., 2004.

SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe. **Redes,** Santa Cruz do Sul, v.21, n. 3, p. 11-33, out. 2016.

SILVA, F.J. Da. Evolução da Divisão Político-Administrativa. In: SANTA CATARINA. **Atlas Geográfico de Santa Catarina: Estado e Território - Fascículo 1.** [recurso eletrônico] / Santa Catarina. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia. Isa de Oliveira Rocha (Org.) – 2.ed. – Florianópolis: Ed. Da UDESC, 2016.

SOTCHAVA, V.B. **Por uma teoria de classificação de geossistemas de vida terrestre.** São Paulo: IGEO/USP, 1978.

STOCK, A. **Organização associativa da agricultura familiar no território rural do Alto Vale do Itajaí.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2016.

TALASKA, A. **Ainda existem Latifúndios no Brasil?** uma análise do espaço agrário brasileiro. Edunisc: Santa Cruz do Sul, 2016.

TALASKA, A. Estrutura agrária e agricultura familiar em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional,** Blumenau, v. 5, n. 3, p. 031-056, ago.

2018. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/6236>. Acesso em: 12 nov. 2018.

THIES, V.F.; CONTERATO, M.A. Da produção de tabaco ao cultivo de alimentos: novidades e transições sociotécnicas na agricultura familiar de Porto Vera Cruz-RS. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.24, n. 1, jan./mar., p. 62-78, 2017.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**: 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1999 p. 82-103

THOMAS, J. M.; CALLAN, S. J. **Economia ambiental**: aplicações, políticas e teoria. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

VEIGA, J.E.; ZATZ, L. **Desenvolvimento Sustentável, que bicho é esse?** Campina, SP: Autores Associados, 2008.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, p. 42-61, out. 2003.